

Projeto amplia ocupação

André Garcia
Da equipe do Correio

De nada adiantaram os alertas de arquitetos e promotores, ou mesmo o pedido formal de explicações feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre o estado de preservação da área do Distrito Federal tombada como Patrimônio Mundial. A Câmara Legislativa continua a elaborar propostas modificando normas de construção na área tombada, ameaçando as características do projeto original de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

A bola da vez é um projeto de lei do deputado Aguinaldo de Jesus (PFL), que altera normas de construção no Setor de Clubes Esportivos Norte e no Setor de Hotéis e Turismo Norte. Em tramitação, a proposta beneficia donos de quatro terrenos com quase a duplicação da taxa máxima de construção prevista para os lotes. Na prática, significa que cada proprietário poderá construir nos terrenos edificações praticamente duas vezes maiores do permitido pela legislação atual.

O projeto não foi submetido à apreciação de nenhum órgão técnico do Governo do Distrito Federal (GDF), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou mesmo do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Mas, por duas vezes, esteve para ser aprovado pelos deputados distritais.

A primeira tentativa foi feita na última quinta-feira, dia em que a proposta foi formalmente apresentada. Pressionado por um duro discurso do deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB), o pastor Aguinaldo de Jesus recuou e retirou o projeto de votação. A proposta voltou a figurar ontem na pauta da sessão extraordinária da Câmara Legislativa, mas não foi analisada pelos deputados.

O tempo ganho com a obstrução foi suficiente para membros do Iphan e do IAB condenarem o projeto. "Já está ficando cansativo. Não dá para continuar aceitando que deputados proponham alterações em normas urbanísticas sem consultar ninguém. Um farmacêutico não pode fazer cirurgia de coração", indignou-se o presidente do IAB-DF, Gilson Paranhos.

ADENSAMENTO POPULACIONAL
Tecnicamente, o projeto modifica a Norma de Edificação, Uso e Gabarito (NGB) nº 79/96, que estabelece as condições de uso dos terrenos localizados no Setor de Clubes Norte e Setor de Hotéis e Turismo Norte. Nos quatro terrenos beneficiados pela proposta do pastor Aguinaldo, a ta-

xa máxima de construção sobe de 80% para 150% da área total de cada lote. Mas não é apenas isso. Além de praticamente autorizar a duplicação do tamanho das construções, o projeto amplia de 35% para 50% a taxa máxima de ocupação de cada lote, e diminui de 30% para 20% o percentual mínimo de área verde nos terrenos.

Para o presidente do IAB-DF, uma eventual aprovação do projeto provocará um aumento no trânsito de pessoas e veículos no Setor de Clubes Norte com impacto imprevisível sobre aquele conjunto urbanístico. "Haverá um adensamento populacional violento naquele setor e mais que o dobro de carros vão trafegar por lá. Nada disso foi previsto e terá consequências ruins sobre a área", analisou Paranhos.

O Iphan, órgão responsável pela preservação e fiscalização dos monumentos brasileiros tombados, também criticou a proposta. A gerente-executiva do Iphan em Brasília, Thays Zugliani, disse que o órgão não foi consultado e lembrou que a sucessão de projetos de lei de deputados distritais sobre a área tombada será incluída no relatório preparado a pedido da Unesco. "Eles (os deputados) não podem legislar sem ouvir o Iphan e a área técnica do GDF".

CONSTRUÇÃO DE SPA

Os quatro terrenos beneficiados pelo projeto têm donos diferentes. O lote 24 do Setor de Clubes Norte, ao lado da Concha Acústica, foi arrendado por 30 anos pela Brascan. Os lotes 3, 4 e 5 do trecho 2 do Setor de Hotéis e Turismo Norte, localizados entre os clubes da Aeronáutica e Almirante Alexandrino, pertencem, respectivamente, à Encol, Santa Thereza Construtora, e construtora Correia Ltda.

Mas, de acordo com o pastor Aguinaldo, é um outro grupo de empresários que está interessado no aumento da taxa de construção dos lotes. "O grupo quer investir naquele setor, construir, entre outras coisas, um spa. Eles podem comprar os terrenos ou construir em parceria com os atuais donos", informou. O deputado não quis revelar quem são os empresários.

Aguinaldo de Jesus defendeu seu projeto, mas, diante da reação de especialistas, garantiu que não o submeterá à votação antes de uma análise dos órgãos técnicos competentes. O deputado Rodrigo Rollemberg disse que vai exigir uma avaliação sobre a proposta. "É um absurdo que um projeto com um impacto enorme sobre a área tombada quase tenha sido aprovado sem discussão no mesmo dia em que foi apresentado".

Lindau Gomes 4.9.2000



CONSTRUÍDO ÀS MARGENS DO PARANOÁ, SETOR DOM BOSCO TEM PENDÊNCIAS AMBIENTAIS E JUDICIAIS

TERRAS NA JUSTIÇA

Entre as ações na Justiça para investigar a titularidade de terras no bairro Dom Bosco, está a representação apresentada pelo deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) no ano passado. Ele questionou a desapropriação de uma área próxima à nova QL 34. "A área já havia sido desapropriada", garante. Por conta disso, o promotor Alexandre Salles, da Vara de Registro Público do MPDFT, concedeu liminar para impedir outra desapropriação. As únicas áreas públicas que a Secretaria de Assuntos Fundiários reconhece são as dos condomínios Belo Horizonte e Villages Alvorada. Atualmente estão ocupados o Villages Alvorada, Lago Sul e parte do Minichácaras.